

UM BREVE PANORAMA DO ENSINO MÉDIO NAS “ZONAS ECOLÓGICAS” DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: 1953-1954.

Ana Paula da Silva Esteves

(Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ)

paulinha.esteves1@hotmail.com

Resumo: Este trabalho pretende apresentar um panorama da oferta do ensino médio nas diversas áreas do Estado do Rio de Janeiro através do relatório produzido por Jayme Abreu em 1955, para a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME). Trata-se de uma fonte de pesquisa ainda pouco explorada para a história da educação do estado do Rio de Janeiro. Analisamos a distribuição desigual e expansão da oferta desse nível de ensino no Estado, de modo a interrogar sobre a função social do ensino médio.

Palavras-chave: Ensino Médio, Estatísticas Educacionais, Rio de Janeiro.

Introdução:

Este trabalho pretende apresentar um panorama da oferta do ensino médio nas diversas áreas do Estado do Rio de Janeiro através do relatório produzido por Jayme Abreu em 1955, para a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME). A campanha foi produzida pelo Ministério de educação e Cultura (MEC) através do Instituto de Nacional de Estudos e Pedagógicos (INEP).

O objetivo da Campanha era “retratar, medir e avaliar a realidade educacional brasileira” buscando “descrever aspectos gerais do sistema educacional” (ABREU, 1955, p.11). No Rio de Janeiro, a campanha ficou a cargo de Jayme Abreu¹ e teve início no primeiro semestre de 1953 e terminou em 1954, com duração de oito meses, sendo os resultados da pesquisa publicada no livro – “O Sistema Educacional Fluminense (uma tentativa de interpretação e crítica)” – no ano de 1955.

Desde o período da Era Vargas que as discussões e os debates em voga eram entorno da “ampliação das oportunidades escolares” e, para que essa ampliação ocorresse, seria necessário conhecer a situação em que se encontrava a educação no país. Desta necessidade resultou a “organização de um sistema nacional de coleta de estatísticas do ensino” onde o Ministério de Educação e Saúde, pôde consolidar uma estrutura para a “realização de inquéritos e levantamentos educacionais, sobretudo nos anos 1930, 1940 e 1950” (MAIA, 2017, p. 176).

¹Jayme Abreu (1909-1973) atuou como inspetor do ensino secundário na Bahia na década de 1930 e nos anos de 1940 atuou na gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação da Bahia. Foi diretor executivo da CILEME e acumulou, a partir de 1955, o posto de Diretor Executivo do INEP com a chefia da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do CBPE.

De acordo com Maia (2017) os números estatísticos eram evocados tanto para “denunciar os problemas da educação nacional” (déficit de escolas, taxa de analfabetismo ou evasão escolar) quanto para “dar visibilidade aos progressos da escola brasileira” pondo em destaque as benfeitorias realizadas no setor. Segundo a autora:

As estatísticas apresentadas se associavam, então, às ações de governo, ora para alertar acerca do que precisava ser feito, ora para elogiar as realizações empreendidas pelo poder público [...] estava em jogo, à legitimidade das estatísticas enquanto ‘instrumento’ revelador da realidade da educação. As publicações que se baseavam nos dados numéricos das estatísticas tentavam evidenciar sua importância, necessidade, utilidade e autoridade (MAIA, 2017, p.180).

Desse modo, o trabalho de Jayme Abreu, nos permite observar o cenário educacional sobre o ensino médio nas “zonas ecológicas” por ele delimitadas, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1940 e 1950. Cabe lembrar que ainda são poucos os estudos em história da educação que tomem como recorte o Estado do Rio de Janeiro, ou, pelo menos, as suas regiões periféricas a cidade do Rio de Janeiro.

Para o período proposto o ensino médio era o nível escolar posterior o ensino primário, o que hoje compreenderia o terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental mais o ensino médio. O ensino médio era dividido em dois ciclos, que variavam a duração de acordo com o curso, e em dois ramos horizontais, o secundário e o técnico-profissional (SAVIANE, 2013, p.269), este último subdividido em ensino normal, comercial, industrial, agrícola, enfermagem e serviço social (ABREU, 1955, p.279) todos organizados e regidos pelas Leis Orgânicas de Ensino, promulgadas na década de 1940, pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema.

Uma Divisão do Estado do Rio de Janeiro em Zonas Ecológicas:

No trabalho “O Sistema Educacional Fluminense” (1955), Abreu faz uma divisão do estado em zonas, pois segundo ele “o estudo à base de todo o Estado seria por demais global, abrangendo áreas fisiográficas e culturais de extrema diversidade”. Assim, o autor toma por base os “dados estatísticos elaborados pelo Departamento Estadual de Estatísticas” a literatura existente e “observações de ordem pessoal” para dividir o Estado em oito zonas ao qual denominou de ecológicas “no sentido de ecologia humana” por, segundo ele, apresentarem “variações de modo de vida mais ou menos características”(ABREU, 1955, p.34).

A partir da Serra do Mar (segundo ele, responsável pela diversificação dos climas do Estado), dividiu o Estado em três grandes partes, onde, a princípio, os “cinquenta e oito municípios foram agrupados” (ABREU, 1955, p.35). Posteriormente essas três grandes áreas foram sendo subdivididas nas zonas a seguir:

1ª – Terras que descem a Serra do Mar para o Oceano Atlântico;

2ª – Serra do Mar;

3ª – Terras que descem a referida Serra até o Rio Paraíba do Sul e depois sobem até as serras que limitam o Estado do Rio de Janeiro com Minas Gerais e Espírito Santo [...] (ABREU, 1955, p. 35).

Essa divisão deu origem às subdivisões denominadas “zonas ecológicas”. Desse modo a primeira área foi subdividida em três zonas: Litorânea Ocidental, Baixada da Guanabara e Litorânea Oriental; a segunda área em duas zonas: Alto da Serra e Planalto; e a terceira área em três zonas; Alto Paraíba, Baixada dos Goitacazes e Norte (ABREU, 1955, p. 35). Assim, após a divisão e subdivisão das áreas, Jayme Abreu passou a analisar a situação do sistema educacional nas “zonas ecológicas”. Para além de suas demarcações geográfica, o autor tratou dessas questões a partir de uma ótica regional e através de suas nuances. Assim Abreu descrevia a situação socioeconômica e educacional das zonas por ele delimitadas:

Zona Litorânea Ocidental: (Parati, Angra dos Reis, Itaverá, Mangaratiba e Itaguaí)

Região tipicamente rural a de maior déficit educacional do Estado, apenas 1,6% da sua população entre 12 e 18 anos frequentavam a escola de nível médio (ABREU, 1955, p. 317). Havia em 1945 um estabelecimento de ensino médio nesta zona, uma escola de ensino industrial de pesca; em 1953 aumentou para cinco o numero de estabelecimentos, sendo três escolas secundárias, uma escola industrial e uma escola agrícola, todos funcionando em nível de primeiro ciclo. Destes estabelecimentos os de ensino agrícola e industrial são de iniciativa do governo federal, um ginásio de iniciativa da municipalidade, os dois estabelecimentos de iniciativa privada (ABREU, 1955, p. 316).

Zona da Baixada da Guanabara: (Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Cachoeira do Macacu). Área de grande concentração urbana e acelerado ritmo de mudança no status social, e dentro do Estado era “a grande área do ensino médio fluminense” e concentrava quarenta por cento dos estabelecimentos desse nível de ensino de toda o estado, concentrando, também, grande diversidade nos ramos do ensino médio. Porém, mesmo com essa grande concentração de estabelecimentos de ensino médio, cerca de 88,8% dos jovens em idade de frequentar esse nível de ensino, dessa zona, estavam fora das escolas (ABREU, 1955, p. 317). Possuía no ano de 1953, cinquenta e dois estabelecimentos de ensino médio, destes vinte nove estavam localizados na capital do Estado (Niterói). Outro dado importante era que desses cinquenta e dois estabelecimentos de ensino médio, quarenta e um eram de ensino secundário, ramo do ensino médio mais procurado, destes, apenas dois eram públicos, e trinta e nove eram de iniciativa privada (ABREU, 1955, p.318).

Zona Litorânea Oriental: (Maricá, Saquarema, Araruama, Silva Jardim, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Casimiro de Abreu). Esta zona foi caracterizada como “pobre, de fraca concentração demográfica, de população predominantemente rural” e sua rede escolar de nível médio era compatível com suas condições, atendendo apenas a 2,5% da população escolarizável no período (ABREU, 1955, p.321). No ano de 1953 a região possuía três estabelecimentos de ensino secundário, todos particulares, que estavam localizados nas áreas de maior arrecadação da zona (Araruama, Cabo Frio e Marica), não possuindo as outras áreas estabelecimentos desse nível de ensino (ABREU, 1955, p. 321).

Zona do Alto da Serra: (Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo). Esta zona foi caracterizada como “área de alta concentração demográfica, industrializada e de população predominante urbana” e sua rede escolar caracterizava-se como de “alto padrão” (ABREU, 1955, p.321). Contudo, essa rede não agregava todo público de 12 a 18 anos, sendo que 84,2% da sua população em idade de freqüentar esse nível de ensino de ensino estavam fora da escola média (ABREU, 1955, p.322).

A Zona do Alto da Serra possuía em 1953, dezenove estabelecimentos de ensino médio, desses três eram públicos, um mantido pelo Estado (Petrópolis) e dois mantidos pelas municipalidades (Petrópolis e Nova Friburgo). Possuía também, seis estabelecimentos que ofereciam ensino comercial e seis, estabelecimentos particulares confessionais católicos, frisa ainda que esse número “considerável” de escolas confessionais “não se assinala nas zonas pobres” (ABREU, 1955, p.323).

Zona do Planalto: (Sumidouro, Duas Barras, Bom Jardim, Cordeiro, Trajano de Moraes, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Cantagalo, Carmo e Sapucaia)

Zona de “fixação rural acentuada” e grande “dispersão demográfica”, onde sua rede educacional reflete a sua estrutura econômica e social, possuía em 1953, nove estabelecimentos de ensino médio, que ofereciam ensino secundário, comercial e normal, todos da rede privada. Possuía um déficit educacional no nível médio de 97,6% (ABREU, 1955, p.323-324). A escola média nessa zona era considerada “uma extensão supletiva da escola elementar, ante as dificuldades insuperáveis que encontram para preencherem o papel de educar adolescentes” (ABREU, 1955, p.324).

Zona do Alto do Paraíba: (Resende, Barra Mansa, Barra do Piraí, Mendes, Marquês de Valença, Vassouras, Rio das Flores, Três Rios e Paraíba do Sul). Esta zona era caracterizada por uma heterogeneidade cultural, onde parte de seu território estava em “ritmo de industrialização” enquanto outras partes eram “decadentes” e/ou “atrasadas”, o que refletia

em suas estruturas educacionais, onde o déficit escolar de nível médio estava em torno de 92,8%.

De 1945 para 1953 o número de estabelecimentos de ensino médio subiu de 14 para 23 nessa zona, oferecendo curso secundário, comercial, normal e de maestria agrícola. Desses estabelecimentos apenas três eram públicos: dois municipais de ensino secundário, e um federal de ensino agrícola, todos os outros eram de iniciativa privada, sendo a predominância o ensino secundário de nível ginásial o que tinha maior matrícula (ABREU, 1955, p.326-327)

Zona da Baixada dos Goitacazes: (Campos, Macaé, Conceição do Macabu, São Fidelis, Cambuci, Itaocara e São João da Barra). Esta área era considerada “agrária e tradicionalista” aculturada pela cidade de Campos, onde 80% da sua população estava fixada na zona rural. Havia no ano de 1953, 14 estabelecimentos de ensino médio nesta zona, que ofereciam 19 cursos divididos entre secundário, comercial, industrial e normal. Desses estabelecimentos apenas três eram públicos, e se localizavam em Campos, os outros eram todos particulares (ABREU, 1955, p.329-330).

Zona Norte: (Itaperuna, Porciúncula, Natividade do Carangola, Bom Jesus do Itabapoana, Miracema e Santo Antônio de Pádua). Zona situada no extremo norte do Estado era caracterizada por ser uma área de “fixação rural” onde o índice de crescimento urbano cresceu apenas 2% de 1940 para 1950 (ABREU, 1955, p.330). O número de estabelecimentos que ministravam o ensino médio cresceu de 4 para 9, no decênio supracitado, todos estes mantidos por particulares. Nesses estabelecimentos ministravam-se cursos secundário, normal e comercial, porém, cerca de 75% da matrícula total esta aglutinada nos cursos secundários, contudo o déficit no ensino médio dessa zona é de 92,2% (ABREU, 1955, p.330-331).

Com isso podemos verificar que apesar do crescimento na oferta desse nível de ensino, o déficit na demanda era muito maior. Outra constatação evidente era do número muito maior da oferta de estabelecimentos de iniciativa privada, tendo estes crescido exponencialmente, enquanto os estabelecimentos estatais tiveram crescimento quase nulo na oferta do secundário no estado do Rio de Janeiro. Constatamos, também, que os estabelecimentos desse nível de ensino estavam concentrados, em sua maior parte, nas áreas de maior concentração urbana ou em vias de urbanização, não sendo, contudo, inexistente em áreas de predominância agrícola.

Ensino Médio Fluminense: analisando os pontos.

Diante da exposição feita, através do trabalho de Abreu (1955), observou-se que, para o período proposto, todas as “zonas” delimitadas pelo autor possuía instituição de nível médio, mesmo as consideradas “rurais” e de “baixa densidade demográfica”.

A historiografia da educação nos mostra que desde o início do século XX a expansão da rede escolar esta intimamente ligada às idéias de modernização (ROCHA, 2000; VEIGA, 2016; NUNES, 2001; SAVIANE, 2013). A expansão do ensino médio “era apresentado como bandeiras do progresso e da civilização” (MAIA, 2017, p. 184) para o local, e em uma análise mais ampla, para o Estado. Maia (2017) nos traz que a expansão e a interiorização deste nível de ensino deve ser observada “a luz das relações socioeconômicas e políticas”, segundo esta autora, esse processo se deu “a partir da conjugação dos esforços das elites locais, da iniciativa privada (laica e confessional) e do poder público estadual e municipal, tendo em perspectiva que esses estabelecimentos eram tidos como “sinais de progresso” (2017, p. 207).

Outro fato que fica evidente na análise de Abreu é o número exponencialmente maior de estabelecimentos de iniciativa privada em quase todas as zonas, tendo as Zonas Litorânea Oriental, do Planalto e Norte, total ausência de iniciativa pública, possuindo apenas estabelecimentos privados. A única que possuía número de estabelecimentos públicos maior que os privados era a Zona Litorânea Ocidental, contudo, esta zona é a que possuía o menor número de estabelecimentos de ensino de nível médio, apenas cinco.

Em sua tese de doutoramento Manna Maia informa:

[...] que a expansão das escolas secundárias no estado se deu em uma conjuntura em que se difundiram, principalmente nos meios de comunicação (em especial, os jornais) as ideias de modernização e de desenvolvimento regional [...]. Assim, o crescimento numérico das escolas secundárias no estado, mesmo que a maioria fosse mantida por particulares, era apresentado como bandeiras do progresso e da civilização do Rio de Janeiro (MAIA, 2017, p.184).

Desse modo alguns fatores corroboraram com expansão e interiorização do ensino médio no Estado do Rio de Janeiro. Marlos Bessa Mendes da Rocha (2000) afirma que a grande expansão do ensino médio se deu devido ao “reduzido investimento público nesse ensino” e a concessão de equiparação das escolas privadas causando uma “igualização do ensino particular ao público”. Desse modo os poderes públicos deixaram a cargo da iniciativa privada a “política de ampliação” do nível médio, ocasionando o que o autor, chamou de “empresariamento do ensino privado” (ROCHA, 2000, p. 141). Em consonância com Rocha (2000), Manna Nunes Maia (2017) nos apresenta em sua pesquisa que um dos fatores da expansão e da “interiorização do secundário” foram as “práticas extensionistas de donos de escolas secundárias”. Estes abriam filias de suas instituições onde houvesse um “publico pagante com possibilidade de arcar com os custos do ensino pós-primário” representando mais uma forma de acumulação de capital para esses empresários (MAIA, 2017, p. 207).

Outro fator que emerge na análise dos dados das zonas ecológicas de Jayme Abreu era que apesar da expansão do número de estabelecimentos, estes atendiam apenas uma pequena

parcela dos jovens em idade de frequentar esse nível de ensino, sendo o déficit desse nível extremamente alto em todas as zonas ecológicas, inclusive as de maior índice de urbanização. Contribuiu para esse quadro dois fatores importantes e totalmente ligados. O primeiro seria a dificuldade de famílias empobrecidas de manter seus filhos nesses estabelecimentos, tendo em vista o investimento que deveria ser feito, o segundo, seria o exame de admissão que tinha que ser feito para o ingresso nesse nível de ensino, que constava de exames escritos e orais, a fim de comprovar que esses jovens haviam recebido “satisfatória educação primária”, além de comprovar ter sido vacinado e não ter doença contagiosa ainda precisavam pagar a taxa de inscrição (MAIA, 2017, p.194) o que dificultava o acesso da grande massa populacional.

Assim vimos que a partir de Abreu (1955) que apesar do crescimento dos estabelecimentos estes não contemplavam a toda população em idade escolarizável “a ampliação numérica das escolas secundárias não significou a democratização do acesso a essas instituições”, pelo contrário, “estimulou a demanda de diferentes frações de classe para o ingresso e a continuação nesse nível de ensino” (MAIA, 2017, p.200).

Considerações Finais:

De acordo com o exposto as estatísticas foram utilizados pelo governo, no período proposto, de forma dualista, ora pra enfatizar o crescimento e demonstrar o progresso da rede educacional, ora para denunciar os problemas e os déficits da mesma rede.

Podemos através do estudo de Jayme Abreu observar a situação do ensino secundário no Estado do Rio de Janeiro através das Zonas Ecológicas por ele delimitadas, e através delas verificar o crescimento na oferta desse nível de ensino, mas também podemos constatar o surpreendente déficit em todas as zonas.

Também ficou explícito o grande crescimento dos estabelecimentos privados na oferta do ensino secundário, ocasionado em parte pela equiparação concedida pelo governo federal, e em parte pela omissão desse governo com esse nível de ensino dando prioridade a expansão do ensino primário, deixando o crescimento da rede secundária a cargo de instituições privadas católicas ou leigas, ocasionando o que Maia (2017) e Rocha (2000) chamaram de empresariamento da educação.

Referências:

- ABREU, Jaime. *O sistema educacional fluminense*. Uma tentativa de interpretação e crítica. MEC/INEP/CILEME, 1955.
- MAIA, MANNA NUNES. *The Making Of Empresariado Do Ensino Secundário Em Niterói – RJ (1889-1944)* Niterói-RJ, 2017. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Educação Conformada*, a política de educação no Brasil 1930-1945. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.
- VEIGA, CyntiaGreive. Educação Estética para o povo. In.: *500 anos de educação no Brasil*. ORGs. LOPES, Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, CyntiaGreiver, - 5.ed.; 2. Reimp. – Belo Horizonte; Autêntica, 2016.
- NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro. FJV, 2001.
- SAVIANI, Demerval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. 4. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção memória da educação).